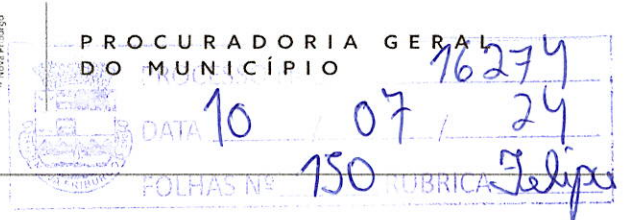




**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



Processo: 16.274/2024

Recorrente: W. O Magalhães Ltda.

Recorrida: Move Terra Aluguel de Máquinas e Equipamentos de Terraplanagem Ltda.

Recorrida: Sane Lagos Ltda.

Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.047 de 2024 - Processo Licitatório n. 686/2024

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos,

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.047 de 2024 - Processo Licitatório n. 686/2024, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada para os serviços de locação de tratores com operador e implementos para mecanização da limpeza pública para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos pelo período de 01 (um) ano.

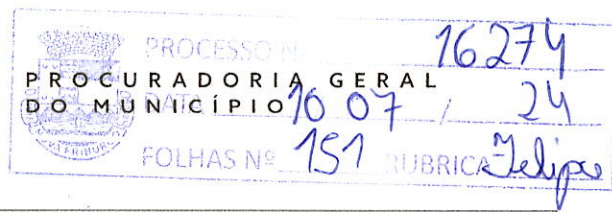
Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 08 de julho de ano em curso.

Em síntese, a recorrente afirma que as empresas recorridas apresentaram atestados de capacidade técnica incompatíveis com o objeto licitado, qual seja, locação de tratores com operador e implementos para mecanização da limpeza pública (fls. 03/10).

Alega que o atestado de capacidade técnica emitido pela empresa *Geomecânica S.A. Tecnologia de Solos Rochas e Materiais* para a recorrida *Move Terra Aluguel de Máquinas e Equipamentos de Terraplanagem Ltda.* trata de locação de veículos para determinada obra, onde não é possível verificar qual o tipo de serviço necessitava de locação de trator agrícola com implemento, bem como que o “*objetivo da empresa não caracteriza executora de serviços de limpeza*”, colacionando “print” do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da referida empresa.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



Afirma, ainda, que o engenheiro que assinou o atestado (Marco Antônio de Sena Pereira) não faz parte do quadro da empresa e não estava contratado por nenhuma empresa no período da assinatura do contrato, requerendo a promoção de diligência para averiguar se o referido engenheiro possuía, na época, poder para assinar em nome da empresa emissora do atestado.

Quanto aos atestados apresentados pela empresa recorrida *Sane Lagos Ltda.*, afirma a recorrente que não possuem similaridade com o equipamento constante do edital, não sendo diretamente compatíveis com serviços de trator agrícola com roçadeira hidráulica, capinadeira e vassoura mecânica, tratando-se de serviços com diferentes complexidades e especificidades operacionais e tecnológicas.

Não foram apresentadas contrarrazões.

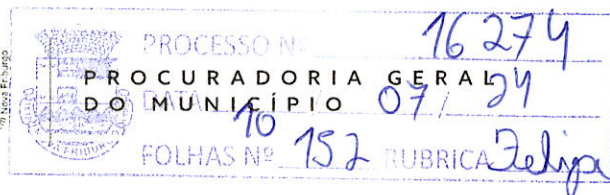
A recorrida *Sane Lagos Ltda.*, em resposta à diligência via e-mail realizada pela Comissão de Pregão III (fls. 87/93), afirma que os documentos referentes à qualificação técnica foram juntados no campo próprio do sistema, anexando-os novamente a título de esclarecimento (fls. 19/86).

Afirma, ainda, que em momento algum o edital exige a prestação dos serviços com objeto idêntico ao licitado, bem como que o atestado da Prefeitura Municipal de Teresópolis faz referência ao contrato de prestação de serviços de locação de equipamentos para serviços de manutenção de logradouros públicos, limpeza urbana, dentre outros, sendo perfeitamente compatível com o objeto licitado, que é a locação de tratores com operador e implementos para mecanização da limpeza pública, mais especificamente nos grupos II e III onde são acoplados com roçadeiras, capinadeiras e vassoura mecânica.

Aduz que o atestado da empresa *Sal Cisne* faz referência ao contrato de prestação de serviços de locação de máquinas e caminhões, inclusive com operador de máquina/motorista e combustível para manutenção e transporte, em especial o equipamento de pá carregadeira e, ainda, que o atestado da empresa TRM faz referência à locação de equipamentos, em especial motoniveladoras e retroescavadeiras.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



Por fim, afirma que todos os equipamentos mencionados são subgêneros do tipo trator, sendo os atestados compatíveis com o objeto licitado, comprovando a execução de objeto similar, requerendo, assim, o indeferimento do recurso e a manutenção da decisão que a declarou habilitada.

Às fls. 94 foi anexada cópia do e-mail enviado pela Comissão de Pregão III à recorrida *Move Terra Aluguel de Máquinas e Equipamentos de Terraplanagem Ltda.* para realização de diligência, solicitando o envio de atestado de capacidade técnica de prestação de serviço ou esclarecimento e demonstração da capacidade operacional, com o respectivo contrato de prestação de serviços, cuja resposta e documentos foram anexados às fls. 95/146.

A Comissão de Pregão III, em manifestação acerca do recurso (fls. 147/149), afirmou que a recorrida *Move Terra Aluguel de Máquinas e Equipamentos de Terraplanagem Ltda.* enviou os esclarecimentos solicitados dentro do prazo, com as fotos da obra realizada, autorização do DER, CTPS do Sr. Marco Antônio Sena, Licença Geomecânica e declaração de realização da obra, bem como contrato de locação de equipamentos, atestado de capacidade técnica e recibos de pagamentos referentes aos serviços de locação de equipamentos prestados à empresa *Ideal Engenharia A P Serviços Ltda.* no período de 13/07/2022 a 12/12/2022.

Afirmou, ainda, que a empresa recorrida *Sane Lagos Ltda.* enviou, dentro do prazo estipulado, o contrato firmado com o Município de Teresópolis para locação de caminhões, contrato com a empresa *Limola Incorporações e Construções Ltda.*, contrato de prestação de serviços com a empresa *DM Participações Ltda.* e com a empresa *Refinaria Nacional de Sal S.A.*, bem como os respectivos atestados de capacidade técnica.

Por fim, encaminhou os autos a esta Procuradoria para manifestação jurídica acerca do valor probante dos documentos apresentados em sede de diligência, com intuito de subsidiar sua decisão.

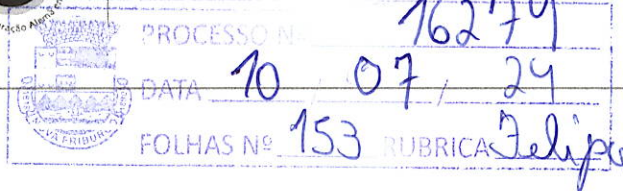
É o relatório.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*
- d) anulação ou revogação da licitação;*
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos." (sem grifos no original)

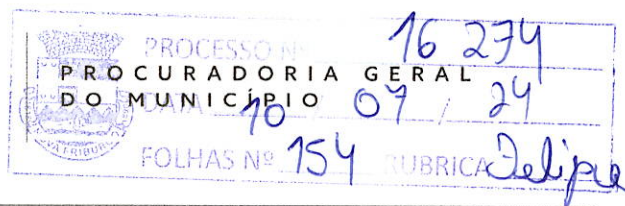
Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

h.

ne



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

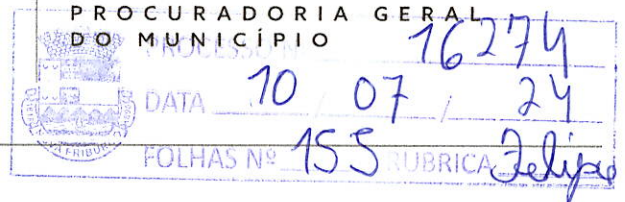
Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

"O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos".

Por certo, esta assessoria jurídica se manifestará sobre os aspectos jurídicos do recurso, cabendo ao Pregoeiro e à Secretaria Municipal de Serviços Públicos exarar sua decisão.

Pois bem. Considerando que a recorrente interpôs recurso contra duas empresas licitantes em única peça recursal, passa-se à análise de cada um deles de forma segmentada a fim de facilitar a compreensão.

II.1. Dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados pela empresa Move Terra Aluguel de Máquinas e Equipamentos de Terraplanagem Ltda.



Conforme narrado no relatório, alega a recorrente que o atestado de capacidade técnica emitido pela empresa *Geomecânica S.A. Tecnologia de Solos Rochas e Materiais* para a recorrida *Move Terra Aluguel de Máquinas e Equipamentos de Terraplanagem Ltda.* trata de locação de veículos para determinada obra, onde não é possível verificar qual o tipo de serviço necessitava de locação de trator agrícola com implemento, bem como que o “*objetivo da empresa não caracteriza executora de serviços de limpeza*”, colacionando “print” do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da referida empresa.

Afirma, ainda, que o engenheiro que assinou o atestado (Marco Antônio de Sena Pereira) não faz parte do quadro da empresa e não estava contratado por nenhuma empresa no período da assinatura do contrato, requerendo a promoção de diligência para averiguar se o referido engenheiro possuía, na época, poder para assinar em nome da empresa emissora do atestado.

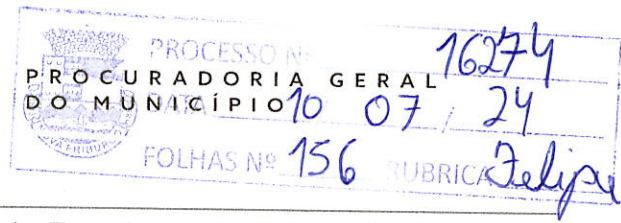
Compulsando os autos do processo licitatório, verifica-se que a recorrida apresentou 3 (três) atestados de capacidade técnica, emitidos, respectivamente, pelas empresas *Gama Locação de Equipamentos para Terraplanagem e Materiais de Construção Ltda.* (fls. 453/454), *Herdi e Silva Ltda.* (fls. 455/456) e *Geomecânica S.A. Tecnologia de Solo e Rochas e Materiais* (fls. 457/458).

Em todos eles, o objeto indicado é a “*locação de equipamentos e veículos, com operador/motorista para os equipamentos e veículos, e com inclusão de combustível*”, listando os veículos e equipamentos usados da seguinte forma:

- a) Atestado da empresa *Gama Locação de Equipamentos para Terraplanagem e Materiais de Construção Ltda.* (fls. 453/454): trator cabinado com implementos, retroescavadeira/carregadeira, caminhão pipa, trator de esteiras, mini pá carregadeira;
- b) Atestado da empresa *Herdi e Silva Ltda.* (fls. 455/456): trator cabinado de rodas com implementos, com capinadeira hidráulica acoplada na traseira;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



- c) Atestado da empresa *Geomecanica S.A. Tecnologia de Solo e Rochas e Materiais* (fls. 457/458): trator agrícola com implementos.

Conforme se observa no Termo de Referência (Anexo I do Edital), o objeto licitado é a contratação de empresa especializada para locação de tratores com operador e implementos para mecanização da limpeza pública, constando no item 2 a tabela com a especificação dos veículos necessários, divididos em lotes:

- a) Lote 01: Trator cabinado de rodas com potência mínima de 70cv, com tração 4x4, com roçadeira hidráulica articulada acoplada na traseira, com 1,2 a 1,5 metros de largura de corte, inclusive operador e combustível. Horímetro e hodômetro instalado.
- b) Lote 02: Trator cabinado de rodas com potência mínima de 70cv, com tração 4x4, com capinadeira hidráulica acoplada na traseira, inclusive operador e combustível. Horímetro e hodômetro instalado.
- c) Lote 03: Trator cabinado de rodas com potência mínima de 70 cv, com tração 4x4, com vassoura mecânica acoplada e compartimento de armazenamento de pelo menos 1600 litros, inclusive operador e combustível. Horímetro e hodômetro instalado.

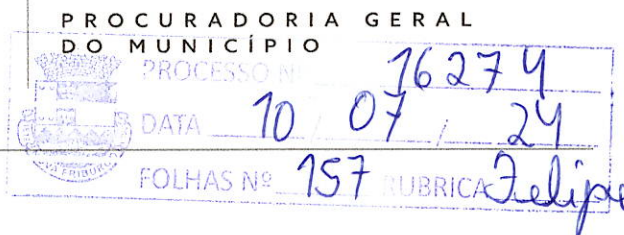
Em sede de diligência, a recorrida anexou declaração da empresa *Geomecanica S.A. Tecnologia de Solo e Rochas e Materiais* (fls. 99), aduzindo que a mesma prestou serviços de locação de equipamentos pesados, inclusive com operador, motorista e combustível, sendo eles: escavadeira hidráulica, trator agrícola com implementos, retroescavadeira 4x4 e caminhão basculante toco.

O art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021 é claro ao expor que a documentação para a qualificação técnica se limita à demonstração da capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

E não poderia ser diferente, já que é vedada a exigência de objeto idêntico, mas tão somente compatível/similar ao objeto licitado, sob pena de caracterizar restrição ao caráter competitivo do certame, conforme entendimento pacífico do TCU:



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



Acórdão 2003/2011-Plenário

ENUNCIADO

As exigências para habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.

Acórdão 2898/2012-Plenário

ENUNCIADO

É possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Acórdão 52/2014-Plenário

ENUNCIADO

É ilegal a exigência de execução pretérita de serviços com qualidade superior ao objeto licitado, uma vez que para a comprovação da qualificação técnica pode-se exigir execução de obra ou serviço compatível com o objeto licitado, mas não superior ao que se pretende executar, conforme o disposto no art. 30, inciso II e § 1º, da Lei 8.666/1993.

Acórdão 1585/2015-Plenário

ENUNCIADO

É irregular a delimitação pelo edital de tipologia específica de obras para fins de comprovação de capacidade técnica de licitante, devendo ser admitida a apresentação de atestados que demonstrem a realização de empreendimentos de natureza similar ao objeto licitado, sob pena de ficar configurada restrição à competitividade.

A jurisprudência dos Tribunais também milita no mesmo sentido:

EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO — AÇÃO ORDINÁRIA — LICITAÇÃO PÚBLICA — ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA — INABILITAÇÃO DA LICITANTE — FORMALISMO EXACERBADO — PRECEDENTES DO STJ — AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO — DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE — RECURSO NÃO PROVIDO — AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. Ausente a devida motivação, é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. A melhor inteligência da norma insita no art. 30 da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. Os rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários



interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º). Em razão do julgamento do mérito do Agravo de Instrumento, resta prejudicado o agravo interno, ante a perda superveniente do objeto. (TJ-MT 10110367820198110000 MT, Relator: MARCIO APARECIDO GUEDES, Data de Julgamento: 10/11/2021, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 25/11/2021)

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR CONCEDIDA NO PRIMEIRO GRAU PARA SUSPENDER A LICITAÇÃO E EVENTUAL CONTRATO. PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LEITURA DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE QUE O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO PELA EMPRESA DECLARADA VENCEDORA NÃO DEMONSTRA PERTINÊNCIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA PARA COM O OBJETO LICITADO. NÃO ACOLHIMENTO. **CAPACITAÇÃO TÉCNICA DEMONSTRADA A PARTIR DE CONTRATAÇÃO SIMILAR. DESNECESSIDADE DE QUE O ATESTADO CONTEMPLE SERVIÇO IDÊNTICO**. ATENDIMENTO AO ASPECTO QUANTITATIVO DO SERVIÇO REQUERIDO PELO EDITAL. SUPOSTAS NULIDADES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ADMINISTRAÇÃO QUE OFERECEU JUSTIFICATIVAS PLAUSÍVEIS PARA A INSERÇÃO DAS EXIGÊNCIAS E FORMAS CONSTANTES DO EDITAL. ILEGALIDADES NÃO DEMONSTRADAS PELA IMPETRANTE/AGRAVADA. RESPEITO ÀS OPÇÕES DO ENTE LICITADOR. VEDAÇÃO AO 5ª Câmara Cível Agravo de Instrumento nº 1.740.125-9 - Pág. 2. CONTROLE DO MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO PELO JUDICIÁRIO. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (TJ-PR - AI: 17401259 PR 1740125-9 (Acórdão), Relator: Juiz Rogério Ribas, Data de Julgamento: 02/04/2019, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 2480 23/04/2019)*

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. MENOR PREÇO POR LOTE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. ALEGADA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. IMPROCEDÊNCIA.

- 1. É regular a exigência de apresentação atestado de capacidade técnica de modo a assegurar a escolha do participante que demonstre possuir em seus quadros profissional devidamente habilitado para conduzir os trabalhos inerentes ao objeto licitado.*
- 2. A comprovação de experiência anterior, por meio de atestado de capacidade técnica, pode ser exigida no instrumento convocatório, **conquanto essa experiência não esteja condicionada à execução do objeto idêntico àquele licitado**.*
- 3. Admite-se a exigência da comprovação de quantitativos que não ultrapassem o limite de 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância da obra ou serviço.*



4. Não se confundem os objetivos almejados pela Administração ao exigir atestado de capacidade técnica e balanço patrimonial, pois este documento, juntamente com as demais demonstrações contábeis do último exercício social, visa comprovar a boa situação financeira do licitante e aquele tem por finalidade demonstrar se o licitante possui pessoal técnico habilitado e disponível para execução do objeto da licitação, segundo as exigências descritas no instrumento convocatório. (TCE-MG - DEN: 1013234, Relator: CONS. GILBERTO DINIZ, Data de Julgamento: 14/06/2018, Data de Publicação: 05/07/2018)

AGRAVO INTERNO – DECISÃO MONOCRÁTICA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA — LICITAÇÃO PÚBLICA — ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA — INABILITAÇÃO DA LICITANTE — FORMALISMO EXACERBADO — PRECEDENTES DO STJ — AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO — DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE — ARGUIÇÃO DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – MATÉRIA NÃO CONHECIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Diante da devolutividade restrita do recurso de Agravo de Instrumento, a análise de teses não apreciadas pelo Juízo de piso, ainda que de ordem pública, viola os princípios constitucionais do devido processo legal e duplo grau de jurisdição. Nego Conhecimento a preliminar que consiste na perda superveniente do objeto. 2. Há de se ressaltar que a mesma questão discutida nesses autos, já foram devidamente elucidadas e apreciadas no Agravo de Instrumento identificado pela numeração única: 1011036-78.2019.8.11.0000. Aliás, o próprio Agravante almeja que ambos os recursos sejam apreciados juntos, demonstrando que tratam da mesma matéria. Assim, não há óbice na apreciação do recurso principal por Decisão Monocrática. 3. Ausente a devida motivação, é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. A melhor inteligência da norma insita no art. 30 da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. Os rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º). Agravo Interno Desprovido, Decisão Monocrática Mantida. (TJ-MT - AGR: 10102685520198110000, Relator: GILBERTO LOPES BUSSIKI, Data de Julgamento: 07/11/2023, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 13/11/2023).

[Assinatura]



Portanto, a comprovação da capacidade técnica operacional por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica que demonstrem a execução de objeto/serviço similar é condição que se impõe, sendo vedada a exigência de objeto idêntico.

Conclui-se, assim, que não é possível exigir que as licitantes apresentem atestados que expressamente prevejam a execução do objeto idêntico ao ora licitado, ou seja, *“locação de tratores com operador e implementos para mecanização da limpeza pública”*.

Nos atestados apresentados pela recorrida, mormente o emitido pela empresa *Herdi e Silva Ltda.* (fls. 455/456), consta expressamente a locação de trator cabinado de rodas com implementos, com capinadeira hidráulica acoplada na traseira, objeto, inclusive, idêntico ao descrito no lote 02.

Quanto à alegação de que o atestado técnico emitido pela empresa *Geomecanica SA Tecnologia de Solo e Rochas e Materiais* teria sido assinado por engenheiro que não fazia parte do quadro da empresa, às fls. 118/120 foi anexada cópia da CTPS do engenheiro civil Marco Antonio de Sena Pereira, comprovando o registro na referida empresa no período entre 26/12/2013 a 13/03/2015, sendo certo que o atestado foi emitido em 03/03/2015, restando, portanto, esclarecida a dúvida suscitada pela recorrente.

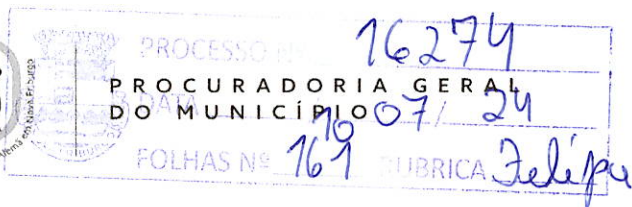
Portanto, salvo melhor juízo, do ponto de vista estritamente jurídico, bastando a apresentação de atestados comprovando a execução de objeto similar, a exigência teria sido cumprida pela recorrida, sendo certo que, em detrimento da ausência de expertise desta assessoria jurídica acerca da definição técnica do objeto, não é possível afirmar em sede definitiva a existência de similaridade/compatibilidade, motivo pelo qual **sugere-se que a Secretaria requisitante seja instada a se manifestar quanto a este ponto.**

II.2. Dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados pela empresa Sane Lagos Ltda.

ls



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



Quanto aos atestados apresentados pela empresa recorrida *Sane Lagos Ltda.*, conforme narrado no relatório, afirma a recorrente que não possuem similaridade com o equipamento constante do edital, não sendo diretamente compatíveis com serviços de trator agrícola com roçadeira hidráulica, capinadeira e vassoura mecânica, tratando-se de serviços com diferentes complexidades e especificidades operacionais e tecnológicas.

A recorrida, em resposta à diligência via e-mail realizada pela Comissão de Pregão III (fls. 87/93), afirma que os documentos referentes à qualificação técnica foram juntados no campo próprio do sistema, anexando-os novamente a título de esclarecimento (fls. 19/86).

Afirma, ainda, que em momento algum o edital exige a prestação dos serviços com objeto idêntico ao licitado, bem como que o atestado da Prefeitura Municipal de Teresópolis faz referência ao contrato de prestação de serviços de locação de equipamentos para serviços de manutenção de logradouros públicos, limpeza urbana, dentre outros, sendo perfeitamente compatível com o objeto licitado, que é a locação de tratores com operador e implementos para mecanização da limpeza pública, mais especificamente nos grupos II e III onde são acoplados com roçadeiras, capinadeiras e vassoura mecânica.

Aduz que o atestado da empresa *Sal Cisne* faz referência ao contrato de prestação de serviços de locação de máquinas e caminhões, inclusive com operador de máquina/motorista e combustível para manutenção e transporte, em especial o equipamento de pá carregadeira e, ainda, o atestado da empresa *TRM* faz referência à locação de equipamentos, em especial motoniveladoras e retroescavadeiras.

Por fim, afirma que todos os equipamentos mencionados são subgêneros do tipo trator, sendo os atestados compatíveis com o objeto licitado, comprovando a execução de objeto similar, requerendo o indeferimento do recurso e a manutenção da decisão que a declarou habilitada.

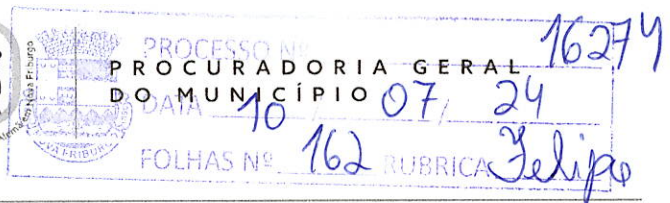
Compulsando os autos do processo licitatório, verifica-se que a recorrida apresentou os seguintes documentos relativos à qualificação técnica:

la.

da



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



- a) Contrato de prestação de serviço de transporte rodoviário firmado com a empresa *Refinaria Nacional de Sal S.A.*, tendo por objeto o transporte de sal à granel com a utilização de caminhões tipo carretas e caminhões tipo truck (fls. 523/535);
- b) Atestado de capacidade técnica emitido pela empresa *Sal Cisne* constando a prestação do serviço de locação de máquinas e caminhões, inclusive com operador de máquina/motorista e combustível, com a utilização de caminhão basculante, caminhão vacool, pás carregadeiras, carretas carregadeiras, caminhões trucks e caminhão pipa (fls. 536);
- c) Atestado de capacidade técnica emitido pela empresa *TRM Soluções Eireli*, onde consta a prestação do serviço de locação de motoniveladoras e retroescavadeiras, com operadores e manutenção mecânica (fls. 537) e o respectivo contrato de prestação de serviços (fls. 538/539).

Em sede de diligência realizada pela Pregoeira, além dos documentos listados acima, a recorrida encaminhou ainda os seguintes documentos:

- a) Contrato firmado com o Município de Teresópolis tendo por objeto a locação de caminhões, com operador e combustível, para prestação de serviços de manutenção de logradouros públicos, limpeza urbana, recolhimento de possíveis entulhos e lixo pesado, dentre outros, com a utilização de caminhão (toco) tração 4x2 equipado com tanque pipa e caminhão equipado com pranchão carrega tudo (fls. 22/27), estando, todavia, sem numeração e sem assinatura;
- b) Atestado de capacidade técnica emitido pela empresa *Limola Incorporações e Construções Ltda.*, onde consta a prestação do serviço de locação de caminhões basculante toco, com motoristas (fls. 28) e o respectivo contrato de prestação de serviços (fls. 29/30);
- c) Atestado de capacidade técnica emitido pela empresa *DM Participações Ltda.* constando a prestação de serviço de locação de carretas para transporte pesado, com operadores, combustível e manutenção mecânica (fls. 31) e respectivo contrato de prestação de serviços (fls. 32/33);

h.

de



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



- d) Atestado de capacidade técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Teresópolis, fazendo referência ao “Contrato 070E.08/2022”, atestando que a recorrida prestou o serviço de locação de caminhão (toco) tração 4x2 equipado com tanque pipa e caminhão equipado com pranchão carrega tudo (fls. 52/53);
- e) Notas fiscais relativas à prestação dos serviços à empresa *Refinaria Nacional de Sal S.A.* (fls. 73/83).

Conforme já explanado no tópico anterior, o art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021 é claro ao expor que a documentação para a qualificação técnica se limita à demonstração da capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, sendo vedada a exigência de comprovação da execução de objeto ou serviço idêntico, na forma da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, em respeito ao princípio da competitividade.

Salvo melhor juízo, os atestados apresentados pela recorrida demonstram a execução de serviço similar, na forma da exigência legal, mormente o atestado emitido pelo Município de Teresópolis, que faz referência ao “Contrato 070E.08/2022” firmado para a locação de caminhões, com operador e combustível, para prestação de serviços de manutenção de logradouros públicos, limpeza urbana, recolhimento de possíveis entulhos e lixo pesado, dentre outros, no período de 05/10/2022 a 03/03/2023 (fls. 22/27 e fls. 52/53).

No entanto, de igual modo, recomenda-se que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos seja instada a se manifestar quanto à similaridade dos serviços prestados, em razão da ausência de expertise desta assessoria jurídica acerca da definição técnica do objeto.

III - CONCLUSÃO

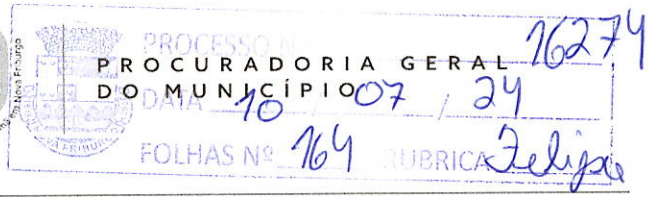
Diante de todo o exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão III** para ciência e observação das recomendações postas no presente parecer.

h.

h.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 10 de julho de 2024.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula: 62.773

Eduardo V. N. da Veiga
Civis Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347